

A criança como modelo ideal na construção da República (Recife-1906-1927)

Vera Lúcia Braga de Moura*

Resumo:

Esta pesquisa busca mostrar de que forma foram desenvolvidos os referenciais que deram outra dimensão ao lugar da criança nas décadas iniciais do século XX. A sociedade brasileira através do poder público, dos intelectuais, do saber médico, jurídico e pedagógico procurou estabelecer diretrizes para formar um novo conceito para a infância através do projeto de criança - cidadão, futuro da nação. Então, as bases de uma sociedade moderna também era pensada e articulada a um novo lugar social que a criança passa a ocupar. Pernambuco, especificamente a capital Recife será palco desse nosso estudo. Utilizaremos como fontes documentais, artigos de Jornais, revistas, a legislação pró-infância, dissertações, teses, artigos e a historiografia em geral que aborda a infância nesse período.

Palavras-chave: infância, Pernambuco, futuro da nação.

Abstract:

his research seeks to show how the benchmarks were developed which gave another dimension to place the child in the initial decades of the century. Brazilian society through public authorities, intellectuals, namely medical, legal, educational and sought to establish guidelines to form a new concept for children through the project, child, citizen, the future of the nation. So the foundations of modern society was also designed and articulated a new social place that children will occupy. Pernambuco, Recife is the capital specific stage of our study. Use as documentary sources, newspaper articles, magazines, pro-child legislation, dissertations, theses, articles and historiography in general in addressing the childhood period.

Keywords: childhood, Pernambuco, the future of the nation.

As décadas iniciais do século XX inauguram um novo debate acerca da infância¹. O problema da criança passa a ser alvo de debates relacionados aos novos ideais republicanos. O Estado, através de normas, regras, instituições, discursos, conselhos, passam a orientar e planejar os modelos idealizados para a infância no Brasil. Um aparato para assistir, educar, disciplinar, normalizar e corrigir a criança foi desenvolvido com base nos preceitos da medicina social, sob as regras da pedagogia, do discurso jurídico e o auxílio dos filantropos. O ano de 1906, torna-se cenário de debates acerca da regulamentação da infância moralmente abandonada. O Sr. Alcindo Guanabara, então deputado federal, vem desempenhar um compromisso que havia assumido em defesa da infância, apresentando a Câmara um Projeto de Lei visando regular a situação da infância moralmente abandonada e delinqüente. Entre os

* Doutoranda pelo Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

¹ Este texto constitui parte da pesquisa desenvolvida na tese que estou elaborando sobre a infância em Pernambuco.

elaboradores do projeto, consta à participação do jurista Cândido de Albuquerque Mello Mattos, primeiro juiz de menores do Brasil e da América Latina. Esta iniciativa foi de fundamental importância para a legislação pró- infância no Brasil, pois o Projeto de regulamentação da infância pobre de 1906, culminou com a aprovação do Código de Menores, promulgado em 12 de outubro de 1927, denominado de Mello Mattos.

Assim, o Art. 1º. do referido projeto institui que: “Todo menor , de qualquer dos sexos, em situação de abandono moral ou de maus tratos físicos, fica pela presente lei, sob a proteção da autoridade pública”². Então o Estado, se veste do papel de tutor e protetor da criança pobre e abandonada. A criança problema passa a denominação de filhos do Estado, o qual, torna-se seu interventor e desenvolve mecanismos para controlar a trajetória da infância e juventude. De caridade pública aos cuidados religiosos a criança pobre torna-se alvo de controle dos juristas e médicos higienistas.

A criança pobre, o adolescente infrator e delinquente são percebidos como menores ameaçadores da ordem pública. Novos olhares são desenvolvidos para resolver o problema da infância pobre. As crianças serão supervisionadas e orientadas sob a visão dos juristas, e médicos que passaram a se preocupar com a conduta moral e física dessas crianças. Reprimir e punir os desviantes, a criança como epicentro desse novo ordenamento social, significava a manutenção da ordem e da salubridade pública em um país que se pretendia moderno.

Devido à alta taxa de mortalidade infantil nas cidades brasileiras, os médicos passaram a instituir a puericultura, ciência, que estabelecia preceitos orientadores, amplamente divulgados na imprensa, sobre conselhos de como alimentar corretamente a criança e cuidados com a sua higiene pessoal e coletiva.

O Jornal A Notícia de 1922, em Recife, divulga uma conferência proferida pelo Dr. Meira Lins, na matéria intitulada “Crianças Sadias: alimento natural e resistência à doença”. Informava que sempre lastimava quando os pais de determinada criança mostravam-lhes um filho obeso como sendo uma criança robusta, que se alimentava de leite condensado. Esses pais sempre teimavam em afirmar que seu filho era saudável, mas o referido doutor, alertava que a criança alimentada da forma errada adoecia com facilidade. Pois, ao menor sinal de doença a criança mal alimentada perderia peso e perdia também suas formas arredondadas tão apreciadas. Este tipo de criança, segundo o Dr. Lins, não tinha resistência para o calor e nem para outros tipos de doenças que o levariam rapidamente da saúde à morte.

² Ver projeto: SESSÃO DE 31 DE OUTUBRO DE 1906. Projeto de lei de 1906 regulando a infância moralmente abandonada. Disponível em : http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/SES06a.html. Acesso em: 10/09/2008.

Continuava orientando o Dr. Meira Lins, sobre os benefícios da criança alimentada no seio materno, que as mesmas resistiam “heroicamente as infecções e se adoece, recupera-se em poucos dias, vencendo a batalha”. Assinala ainda o doutor: “sem exagero diga-se que a maioria dos lactantes doentes se nutrem com leite de vaca”.(Jornal A Notícia, 8/4/1922).

O ideal da maternidade era preconizado, nas décadas iniciais do século XX, como um forte instrumento de educação e orientação normalizadora da infância com base nos preceitos de nação civilizada e moderna. Assim, a família passa também a ser componente de base para o novo modelo de infância. A família burguesa será o eixo dessa sistemática de transformar a criança no cidadão do futuro. Será definido o modelo de criança ideal, que deveria ser preconizado pela sociedade tida como normal, e para a criança problema, a desviante, o menor infrator estaria submetido ao controle do Estado através do poder jurídico e médico que ao menor deslize a criança classificada como anormal sofreria as sanções legais determinadas pelos poderes estatais.

Assim, a família moderna como assinala Jacques Donzelot (1986, p.88), não é “tanto uma instituição quanto um mecanismo”. A família representa nas palavras do pensador uma “arquitetura social” que estabelece uma força. de ação. Esse mecanismo familiar alia-se aos poderes médicos, ao educador e a mulher constituindo a força que iria controlar os desvios da infância. A grande questão, segundo Donzelot, reside nas complexidades das relações intrafamiliares e entre as diversas categorias de famílias. Então, nessa articulação família, Estado e sociedade, existem complexidades sociais nas relações intrafamiliares com implicações no controle sob a criança e também nas situações que se estabelecem entre famílias abastadas e famílias pobres.

Assim, no cenário da cidade do Recife, nas décadas iniciais do século XX, os jornais da época noticiavam o registro de diversas imagens de crianças construindo perfis que identificam a pluralidade no processo de formação das infâncias no Brasil. O capitão João Primo de Oliveira, subdelegado de Santo Antônio, bairro do Recife, mandou prender, em quinze de setembro de 1921, vários menores, autores de diversos furtos na capital, e compunham uma quadrilha de menores vagabundos. O Jornal do Commercio, divulgava esta notícia em 1921, e afirmava que Severino Antonio dos Santos, de apenas quinze anos de idade, era quase um profissional no ofício de sapateiro, praticava esta função na extinta Escola Correcional do Recife, mas que preferia participar da “escola da gatunagem” a viver honestamente. Informava o menor que pertencia a uma quadrilha, e vivia “arrombando lojas”. Alguns menores declaravam que foram alunos da inexistente Escola Correcional e que ficaram entregues ao abandono, sem ter condições de sobrevivência material, entregaram-se

ao vício de furtos. A notícia declarava, ainda, que o menor era um “pivette”, vulgo “Chapa 10.” Assim, Severino Antônio, Chapa 10, foi contemplado com 10\$000 pelo seu último roubo. (Jornal do Commercio, 16/9/1921).

É divulgado também, no Jornal do Commercio de 1921, aspectos da vivência cotidiana de Pedro dos Santos, “um pivete impertinente”, como informa a nota. Então, o garoto, é denominado de “vagabundo que vive sempre no xadrez de Santo Antônio”, em Recife, pois raro é o dia que não é encontrado perambulando pelas ruas em “luta corporal” com outros menores. (Jornal do Commercio, 13/10/1921).

Sob o título de “Menor Vagabunda”, o referido jornal em 1921, informava também, que a menor Nair Cavalcanti, fora encontrada perambulando na praça da Independência no Recife de madrugada. A menina foi encaminhada ao Dr. Liberalino de Almeida, delegado de polícia do 1º. distrito da capital. A referida menor declarou a polícia que acerca de três anos viera de Garanhuns, cidade pernambucana, distante cerca de 230km do Recife, para trabalhar em casa de família.

Nesse sentido, como assinala, Adriana de Resende (1997: 167-186, grifo do autor), “a intervenção policial sobre *menores* deve ser pensada como produtora de regras e representações, e não apenas como [...] campos formalizadores de conhecimentos como o jurídico ou o médico”. Também, a autora, analisa os efeitos da intervenção policial sobre estes menores, assinala a forma como ação policial é classificatória e produz diferenças hierárquicas entre indivíduos sob uma mesma base legal, no caso as crianças, mas que não estão assentadas na lei. Assim, através dos estereótipos de abandonados, vagabundos, e degenerescência familiar, as crianças e jovens eram transformados em indivíduos perigosos para a sociedade, sendo normal naturalizar formas e práticas de intervenção sobre eles, como aponta Adriana de Resende.

Neste sentido, a menina Nair Cavalcanti, era rotulada como menor vagabunda e alvo da intervenção policial de forma generalizada, muitas vivências de infância sob a égide de uma mesma prática policial. Naturalizava-se a infância apesar de tantas vivências dispare e complexas. A massificação infantil estava distante de penetrar no cenário idealizado para assinalar os outros modelos de crianças pertencentes às categorias mais favorecidas da sociedade. Outra menina, também chamada de Nair, mas com outro sobrenome Campos, e pertencente à outra família do “abastado capitalista, Coronel Siqueira Campos”, que “ornamenta o set” da sociedade recifense, é notícia no Jornal do Commercio, de 1921, na coluna Galeria Infantil, devido à comemoração do seu aniversário. Enquanto uma criança é noticiada, como menor vagabunda, gatuna, pivete, impertinentes, outras são caracterizadas

como as interessantes crianças, bondosas, meigas, elegantes e inteligentes. As crianças, meninas e meninos, são classificadas de formas bastante hierarquizadas, de acordo com o estrato social ao qual pertencem.

Maria das Graças também é uma menina que teve seu registro no Jornal do Commercio, de 1921, na seção Galeria Infantil. Esta coluna era destinada apenas às crianças que tinham relevância na sociedade, compunham uma elite, precisavam ter status social para ter acesso na referida coluna. Assim, Gracinha como era conhecida pela família, filha do “conceituado comerciante, sócio da firma Carneiro e Galvão”, comemorava neste dia 13 de outubro do referido ano, seu aniversário. A notícia assinala que Gracinha é uma criança simpática por sua meiguice e inteligência. A menina aparentava na fotografia, ter aproximadamente três anos de idade, portava um enorme laço de fita nos cabelos, trajava um vestido rodado e meias rendadas.

Modelos de criança ideal para compor a nascente república brasileira vão sendo gestados sistematicamente. Com a manchete: “Menino Prodígio”, o Jornal do Commercio, do ano referido acima, divulga uma notícia ocorrida no Rio de Janeiro, de um menino de apenas três anos de idade, que se apresentou na redação do periódico “A Rua”, e escreveu corretamente diversos trechos e prosa, conversou com desembaraços sobre uma variedade de saberes, tais como: gramática, geografia e ginástica. (Jornal do Commercio, 1/10/1921).

Dessa forma, como assinala a historiadora, Ivonete Pereira (2006) a população infanto-juvenil brasileira, desempenhava sua função social mais de acordo com a classe social a que pertencia do que com a faixa etária em que se enquadrava [...].” Crianças, adultos, enfim uma nova pessoa precisava ser moldada e criada para identificar um novo perfil social, para a nação que desejava ser vista como ordeira, civilizada e moderna.

Os dirigentes sociais, através de normas, regras, discursos de autoridades estatais, juristas, médicos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros, determinavam como as pessoas deveriam ser, como poderia constar o aparecimento do novo indivíduo que estava sendo planejado, moldado e construído simbolicamente. Assim, Ivonete Pereira (2006: 88), informa também que o “novo homem, a nova mulher, a nova criança, passaram a ser impostos a toda a população”. A ideia de “classificar e catalogar” as pessoas com base nos novos padrões definidos pela sociedade era tarefa dos novos profissionais que agiriam em prol da moderna sociedade brasileira. Do outro lado do espelho estavam as crianças que não se enquadravam no modelo ideal de criança preconizado pela sociedade. Ainda segundo a autora citada, o menor foi criado para justificar a classificação tipológica das categorias infanto-juvenil que não se enquadrava no padrão idealizado da criança modelo.

Uma série de preceitos e orientações de como a criança deveria se portar para ser um indivíduo saudável e dono de um futuro promissor era pautado na ordem do dia. Segundo o Comitê Consultivo de Educação Higiênica do Conselho Nacional Americano, através do Dr. Nuno Guerner, em sua tese, anota as ‘Regras do Jogo ou Brinquedo’, cujos princípios foram assim divulgados:

1- Tomar mais de um banho completo por semana; 2- escovar os dentes uma vez ao dia; 3- dormir longo tempo com as janelas abertas; 4- beber a maior porção possível de leite, e não chá ou café; 5- comer vegetais ou frutas todos os dias; 6- beber no mínimo, quatro copos de água por dia; 7- brincar ao ar livre parte do dia; 8- evacuar os intestinos todas as manhãs. (1923, p. 10, apud ,Rocha,2003:219) ,

Essas orientações higiênicas, demonstram que as normas e remodelamento social planejado para as pessoas, sobretudo as crianças, estavam pautados em preceitos de higiene para o corpo e para a mente. A atuação estatal visava moldar o corpo, a mente e a vida das pessoas, inclusive a criança, que era alvo deste novo ordenamento do indivíduo . Também assinalamos que estes preceitos eram pensados para atingir as categorias sociais mais abastadas, pois era muito difícil, para uma criança pobre e abandonada que vivia perambulando pelas ruas do Recife, poder seguir estes preceitos estabelecidos como regras de brincadeiras para as vivências de crianças saudáveis.

As crianças pobres tinham seus destinos traçados com bases no exercício de algum ofício. Então, a intervenção estatal na família pobre era caracterizada por orientar a prática do trabalho nas crianças como forma de manter a sobrevivência do grupo familiar. Assim, o Estado além de educar a criança com referência em suas normas e regras , teria também a função de prepará-las para algum ofício. (SCHUELER, 1999:70).

O garoto, de 14 anos de idade, João Ramos, pardo, residente em Coqueiral, município de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco, faz limites com Recife. Este menino exercia o ofício de jornaleiro, e teve seu registro divulgado no jornal A Notícia de 1922, em Recife, devido ao esmagamento que sofreu alcançado por um trem enquanto dormia sobre os trilhos da linha férrea. O esmagamento danificou seus membros inferiores e sua mão esquerda segundo a nota no jornal. A estação do Coqueiral foi inaugurada em 1919, mas desde 1908, já havia uma linha férrea que ligava Tegipió, bairro do Recife até a estação nova de Camaragibe, cidade próxima a Recife, facilitando a construção da Estação Coqueiral.(GREAT WESTERN, 1919-1950). O cotidiano do menino, João Ramos, era de muito trabalho vendendo jornais em Recife e transitava diariamente pela Estação Coqueiral, local onde residia. Foi mutilado talvez devido ao cansaço provocado pelo excesso de trabalho. A vivência deste menino se entrelaça com a vida de muitos outros meninos e meninas pobres que transitam pelas ruas das

cidades brasileiras. Muitas vezes trabalhando, procurando driblar as dificuldades que permeiam este universo infanto-juvenil.

REFERENCIAS

- BRASIL. Sessão de 31 de outubro de 1906. Disponível em : http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/SES06a.html. Acesso em: 10/09/2008.
- CREANÇAS SADIAS: alimento natural resistência a doenças. **Jornal a Notícia**. Recife, 8/4/1922.
- DONZELOT, Jacques. **A Policia das Famílias**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- GREAT WESTERN, 1919-1950. Disponível em : http://www.estacoesferroviarias.com.br/efct_pe/coqueiral.htm , acesso em 03/04/ 2009.
- Jornal A Notícia. Recife, 25/9/1922.
- Jornal do Commercio. Recife, 23/8/1921.
- MENINO PRODIGIO. **Jornal do Commercio**. Recife, 1/10/1921.
- MENORES VAGABUNDOS. **Jornal do Commercio**. Recife, 25/1/1922.
- PEREIRA, Ivonete. **Crianças e adolescentes pobres ã sombra da delinqüência e da desvalia**: Florianópolis- 1900/1940. Tese de Doutorado (Programa de Pós-graduação em História- Universidade Federal do Paraná).2006.
- RIZZINI, Irene. **O século perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil. 2.ed.São Paulo: Cortez, 2008.
- _____. **A criança e a lei no Brasil**: revisitando a História (1822- 2000). Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2002.
- ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: Educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925).São Paulo: Mercado de Letras, 2003.
- SCHUELER, Alessandra F. Martinez. Crianças e escolas na passagem do Império para a República In **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.19, 1999.
- UM PIVETE IMPERTINENTE. **Jornal do Commercio**. Recife, 13/10, 1921.
- VIANNA, Adriana de Resende B. **O mal que se advinha**: policia e menoridade no Rio de Janeiro , 1910-1920.